

Deponente: Emanuel de Oliveira César

Entrevistador: Jaana Braz Rodrigues, José Alexandre Salles, Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Ronald Rocha

Data: 30 de março de 2017

JAANA BRAZ RODRIGUES: Depoimento de Emanuel de Oliveira César, feito para o grupo de C da subcomissão 6 da Comissão da Verdade em Minas Gerais, no dia 30 de março de 2017, na Fumec, em Belo Horizonte, Minas Gerais, sobre os eventos de censura sofridos pela banda Pendulum, no ano de 1977, em Belo Horizonte. Em um primeiro momento, o depoente relatará sem interrupções e pelo tempo que achar necessário sua visão dos fatos. Em seguida, serão formuladas perguntas a serem respondidas pelo depoente, uma a uma. Por fim, será aberta a palavra ao depoente para considerações finais. A oitiva tem início às 8:40 da manhã com a presença dos assessores José Alexandre Sales, Ronald Rocha, Celso Travassos e da bolsista Jaana Braz Rodrigues e da coordenadora Maria Ceres Pimenta. Passo a palavra ao depoente.

EMANUEL CÉSAR: Pois não, posso começar? Antes de mais nada, eu agradeço muito a oportunidade que está sendo me dada agora de falar sobre fatos ocorridos há praticamente quatro décadas atrás, que na época nós não tivemos a possibilidade de fazê-lo aconselhado, inclusive por autoridades da época, advogados da época. Até tentamos, mas não tínhamos uma visão, vamos dizer, clara do ocorrido naquele momento, né. Então só com o desenrolar do tempo, com o passar do tempo você consegue procurar ou ir, entender o que realmente aconteceu, né. É diferente o depoimento de uma pessoa quarenta anos depois, né. Aquele menino de 22 anos não existe mais, né. Então, naquele momento a mídia de Minas, todo sonho nosso, né, era de ser músico, né, de vencer e tocar nossa vida tocando, né. Tocando, né, e compondo e a mídia que existia na época dos anos 70, no Brasil, ainda estava nas mãos, vamos dizer assim, dos diários associados, né. Naquele momento pra você poder trabalhar, você teria que estar nessa mídia, né. E, assim graças ao esforço, né, e a nossa luta, buscando isso, e nós conseguimos, nós conseguimos naquele momento ter essa possibilidade de estar nas colunas sociais, nas festas aonde se tinham eventos, né, e não, e não, e todos os eventos, a maioria dos eventos, eram feitos em clubes, né, ou em festas particulares de pessoas que tinham condição,

vamos dizer, de fazer, bancar uma festa, né. Não existiam shows em grandes teatros pro artista, normalmente era um baile com um show, uma coisa assim, né. E existia uma escassez muito grande naquele momento, não só em Belo Horizonte, mas até no Brasil e fora também, de equipamentos de som e, quer dizer, nós, a nossa meta naquele momento era trabalhar pra comprar o melhor, todos nós nessa faixa de 20 anos, 22 anos e tudo. Então, nós, tudo que a gente arrecadava financeiramente era voltado praticamente quase tudo para a finalidade de se ter um equipamento, né. E eu posso dizer isso aqui tranquilamente hoje, da dificuldade de se adquirir o melhor. Naquele momento, o governo nos proibia de adquirir instrumentos importados, alegando que existiam similares no Brasil, né. A gente queria ter uma Mercedes, né, não um Fusquinha, e lutávamos pra isso. E pra essa finalidade a gente recorria primeiramente a doleiros, né, depois contrabandista, pra comprar o instrumento lá fora e trazer pra gente exercer a profissão legalmente, então isso aí não é o nosso caso único. Muitos anos depois, num evento já das Diretas Já, o então deputado federal Pimenta da Veiga me perguntou se a gente estava lá com a intenção de ir já naquele momento, né: “Que som bonito esse de vocês.”, eu naquele momento nos anos 80 já, eu falei: “Ô deputado, se você tá gostando desse som, eu tenho que dizer a você que tudo aqui é contrabandeado.”, ele: “Hã?”, “é, contrabandeado, inclusive o microfone que vossa excelência fala na câmara, porque aquele microfone tem um similar no Brasil e aquele é importado e não pode.”, então a reivindicação nossa, da classe musical, é que se libere para essa finalidade específica. Bem, vamos voltar agora aos anos 70. Então a gente adquiria, a gente ia comprando tudo, ninguém tinha um compromisso familiar maior naquele momento, a maioria não era casado, né, e a gente foi adquirindo, adquirindo e conseguimos ter o equipamento que servia inclusive praticamente a todos os artistas brasileiros que vinham a Minas, né. Nós não locávamos o equipamento, a gente emprestava, né, a finalidade nossa era tocar e no intervalo dos eventos, por exemplo, Elis Regina usou o equipamento nosso, Jorge Bem Jor na época. Eu acho que naquele momento praticamente todos os artistas que vieram a Minas usaram e que nós estávamos no evento, usaram nosso equipamento sem nenhum ônus pra ele. E da mesma forma a gente emprestava esse equipamento, né, pra amigos nossos universitários que, de alguma forma, queriam se manifestar e não tinham recursos, não tinham, né, então a gente tinha o equipamento, usava esse equipamento de som, final de semana, normalmente eventos são final de semana, né. E durante a semana a gente, quando nos era solicitado, né, por amigos nossos e até

contatos de amigos nossos, nós emprestavamos, pra DCE da Católica, da Federal e Escola de Belas Artes também a gente emprestou muitas vezes né. Mas sem o cunho, vamos dizer, que hoje se pode, olhando pelo tempo o cunho político, não vamos, vai ter um evento, ditadura também é cultura, a gente achava era graça né, e emprestava o equipamento, né. E num determinado momento, nesse período nós fomos contratados pra acompanhar um grupo internacional, The Platters, americano, em uma casa de shows de Belo Horizonte, está reportado em jornal. Neste momento, passado algum tempo, nós chegamos lá e vimos nosso equipamento todo danificado com ácido sulfúrico, porque não era um show único, era uma temporada. Normalmente o artista, quando é contratado pra fazer shows fora do país dele, ele é contratado por uma temporada, ele não vem para um show, não tem sentido, né, um deslocamento de seja qual artista que for, e hoje é claro isso, né, pra um show, então ele faz uma temporada no Brasil. Hoje com uma estrutura totalmente diferenciada, né. Então, esse equipamento foi danificado, nós, sem saber porque, sem saber porque, procuramos na época as autoridades competentes. Como a gente tinha amigos que estudaram com a gente ou que frequentavam eventos da alta sociedade de Belo Horizonte, a high society da TFM né, que a gente trabalhava para esses, nesses eventos, né, eu procurei especificamente um que hoje é jornalista, dono do jornal da Savassi, que era amigo nosso, João Euclides Prata Salgado, né? O tio dele, irmão da mãe dele, na época eu acho que ele era chefe da Metrópol, né, o senhor Prata Neto, né, foi na praça da liberdade. Ele nos deu acesso ao Prata Neto. Junto com ele, um advogado de grande competência de Belo Horizonte, nós procuramos dois na época, foi o, eu não me recordo, ele foi presidente do Minas, é o, um criminalista, foi presidente do Minas, e procuramos o doutor Abraão Bentes, né, foram as duas pessoas que a gente procurou pra, um pra tocar um processo e o outro pra ver o que fazer, né. E o no caso o Prata Neto nos aconselhou literalmente, falou: “Ó, meninos, façam o seguinte: comprem outro equipamento, se virem, saiam do meio que vocês estão, porque vocês estão mexendo com pessoas que podem machucar vocês, mais cedo ou mais tarde.” E ainda com autoridade que ele tinha e, entre aspas, brincando, falou: “Criem vergonha na cara.”, né, quase que um conselho de pai pra filho, não sei. Naquele momento nós vimos dessa forma, né. Procuramos o Doutor Abraão Bentes, né, e em face do que relatamos a ele com relação às palavras do Prata Neto, ele, que já estava com a minuta do processo pronto, ele falou: “Para por aí.”, né? Ele era pessoa, se procurava no, vamos dizer nos, na história de Minas é um advogado muito influente,

né, e eu esqueci do presidente do Minas também, ele nem quis entrar na história. Então nós tínhamos esse equipamento, né, e conseguimos também naquele momento comprar um ônibus, porque não é como hoje, você vai, pra onde for você manda uma lista de equipamentos que você precisa e tem lá, né? E pra você naquele momento se deslocar pra Montes Claros, onde a gente fazia eventos também, ou qualquer lugar, você tinha que ter aquela coisa do circo, né só faltava a lona, era o ônibus, né, pra levar todo o equipamento, porque lá não tinha, né? Então, o que nós naquele momento fizemos? Nós pegamos o ônibus que a gente tinha, né, ainda bem que tínhamos, né? Vendemos, né, pra um senhor chamado Rubens, que trabalha, acho que até hoje, com compra e venda de ônibus, né. Na verdade nós revendemos, porque nós compramos e revendemos pra ele. Ele era fornecedor da Gontijo na época, né. E com os recursos arrecadados, compramos todo equipamento novamente pra poder cumprir, naturalmente, com os compromissos já assumidos, porque eram eventos e, ainda assim hoje funciona, ninguém faz um evento de hoje pra amanhã, às vezes são seis meses, e tudo. Então nós tínhamos compromissos assumidos pelo menos durante um ano, e fizemos essa, e passamos a locar o ônibus, né, locar pra nos transportar, porque aí a gente já não tinha mais recursos, né. Isso foi noticiado e tudo. E nós realmente não entendemos aquilo, o que tava acontecendo naquele momento, né.

EMANUEL CÉSAR: Passado três meses, isso foi noticiado pela mídia, né. Passado três meses a gente tava tocando em uma outra casa, né, aí sim fomos, não me recordo, naturalmente, o nome do delegado, né, ele chegou e procurou o dono do estabelecimento, com, pedindo para que se abaixasse o volume do equipamento, né. Era na João Pinheiro essa casa, ao lado do Detran, se não me engano, né. E é uma região que não era residencial na época, né? E não tinha essa coisa da lei do silêncio, essas coisas ainda, né. E o dono não acatou o pedido do delegado, aí ele veio armado com cães, com, aí já com, eu não sei o nome de arma, nunca usei nenhuma, mas umas metralhadoras, umas coisas, subiram no palco e destruíram esse segundo equipamento nosso, né. Então, aí nós ficamos, e a mídia, nesse momento, a mídia não, aí a mídia, que era o Estado de Minas na época, a mídia forte, né, aí eles silenciaram, não, não, fecharam as portas pra gente, não só a nível de noticiar esse fato, como as colunas sociais, os colunistas sociais da época, posso citar com muito carinho o nome de pelo menos três, o Eduardo Cury, o Nicolau Neto – o Eduardo Cury fazia mais a mídia de Belo Horizonte, ele cobria Belo Horizonte; Nicolau Neto era o

jornalista da coluna social do interior, cidade do interior, era as pessoas que nos davam suporte da mídia escrita, e onde a gente conseguia trabalho, não é? E um pouco o Wilson Frade, né, esses três da época. Jane Soares também, Jane (trecho incompreensível) Soares, né. E esses eventos que a gente fazia em Belo Horizonte, naquele momento, eram eventos não só de clubes, como pouco teatro e festas particulares, né. E de sã consciência, hoje ninguém contrataria um, nem naquela época e nem hoje, algum artista que estivesse em páginas policiais, saíram da coluna social e foram pra páginas policiais, né. Então esse mercado cessou aqui em Minas pra gente, né. Ele foi cessando de uma forma gradativa, em gráfico decrescente, né, porque já tínhamos compromissos assumidos, alguns foram cancelados; os que não foram cancelados, como eventos de formatura da Federal, tudo isso aí já estavam assinados, inclusive tinha-se uma tradição de fazer o pagamento antes, né, então já tava. Mas, assim, foi cessando o nosso. Nesse momento, o sonho nosso daquele momento, de estar naquela mídia e de daí seguir como amigos nossos, pra São Paulo, pro Rio, pra tentar uma coisa mais abrangente a nível nacional, né, ela foi cessando, foi parando. Alguns do grupo desistiram, dois foram pros Estados Unidos, outros saíram e ficou no grupo eu e o meu irmão, o Roberto, né. E vendo essa coisa decrescente, decrescente, né. Como nós tínhamos nesse período algum contato na Bahia, contato, já tínhamos tocado lá, antes, né, e tínhamos alguns parentes que moravam em Salvador, nós nos, entre aspas, auto exilamos lá pra recomeçar uma, aí já pensando muito mais em uma subsistência, porque nós fizemos disso uma profissão, né, dedicamos isso a profissão. Então aí recomeçamos esse trabalho lá. Então a gente ficava de 78, que foi o período de 77 ocorrido, 78 até 85, por aí, nós ficamos mais no nordeste do Brasil por falta de espaço aqui, né? Fomos, na verdade, cerceados de exercer nossa profissão aqui, né, de uma forma quase que velada, a mídia, a partir do momento que fechou a mídia pra gente, os nossos passos foram realmente, foram diminuindo, diminuindo. Voltando, então nesse período, foi nesse período que a gente recompôs um pouco, compramos mais equipamentos, aí já fora de Minas, né, mas aquele *time* daqueles meninos de 22 anos e tudo, ele foi, né, ele foi cortado. Essa carreira foi cortada por esse evento, olhando agora à distância, olhando à distância, porque o músico, o artista, assim como o jogador de futebol, ele tem um período curto pra mostrar a que veio, né. E se ficou, é porque é bom, né, mas nós não tivemos esse direito de fazer isso nesses dez anos. Depois foi muito mais por subsistência, né, e continuamos, eu e meu irmão, até hoje lutando, uma maneira, a

palavra “lutando” eu não gosto não, continuamos tocando e tocando a vida, né. Voltamos em 85 já a convite de artistas, de amigos nossos, já para a campanha das Diretas Já, aí nós viemos doando o que a gente podia doar naquele momento, que era a música, e o que nós tínhamos de equipamento pra ajudar a voltar esta democracia que estamos vivendo hoje, sem nenhum ônus pra ninguém, porque eram todos doadores naquele momento, né. E depois, agora recentemente, né, fomos procurados pelo jornalista Betinho Duarte, que estava escrevendo um livro e tratando aquele evento como atentado, o que a princípio, me surpreendeu, porque não era a visão que nós tínhamos na época. Porque nós, naquele momento, nós não tínhamos essa intenção de, a gente só fazia aquilo, emprestava equipamento pra esses estudantes, pra esses eventos contra a ditadura ou contra quem quer que seja, né, ou a favor, a gente fazia isso pela amizade, né, e pela falta desse equipamento, de empresas prestadoras de serviço naquele momento, que não existiam ainda. Hoje as pessoas que carregavam caixa pra gente, por exemplo, naquela época, né, que tinha os carregadores, chamava “jacaré”, hoje é *roadie* né, hoje são donos de grandes empresas aqui no Brasil e temos maior relacionamento com eles, porque eles aprenderam, existe a necessidade disso no Brasil, né. Foram adquirindo e todo artista hoje, ele tem o instrumento dele, né. Agora, quando ele vai executar esse instrumento no teatro, no clube, né, ou em qualquer lugar, contrata-se hoje em dia uma empresa de sonorização especializada, por que? Porque é mais fácil, né? Não tem sentido hoje, por exemplo, nenhum artista ter um ônibus pra ficar parado na porta da casa dele pra levá-lo a um evento. Contrata-se, né, um equipamento de som só pra ele. Contrata-se, né. Terceiriza-se, essa é a palavra, né. No bom sentido, não é o que está acontecendo aí hoje, é terceirizar no bom sentido, né. Então, a gente passou a ter essa visão diferenciada daquele momento, e a agora temos tendo a oportunidade, depois de uma reflexão vendo o que aconteceu, né, de ter uma outra opinião sobre o que ocorreu naquele momento, com aquelas, entre aspas, crianças que não existem mais. Muito obrigado.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Obrigada o senhor, senhor Emanuel. Passemos agora às perguntas.

EMANUEL CÉSAR: Pois não.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Em primeiro lugar, gostaríamos de saber se a atividade do grupo, as músicas, eram submetidas a algum tipo de censura prévia.

EMANUEL CÉSAR: É, até hoje, até hoje, quando você vai prestar um serviço, né, você tem que mandar uma lista de músicas pra ECAD, não pra censura, mas pra se registrar pra que ele escolha o direito autoral devido e repassar ao artista. Então na época também existia isso e era feito pela Ordem dos músicos, até hoje é feito uma nota contratual, e que vem com uma lista de músicas, né.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Uhum, ok. O senhor disse que o grupo The Platters fez uma temporada no Brasil. Essa temporada foi realizada na Boate Playboy?

EMANUEL CÉSAR: Foi realizada, aqui, em Belo Horizonte, na Boate Playboy, aqui em Belo Horizonte, em Minas.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Tá. E antes desse evento da destruição dos equipamentos na Boate Playboy, o grupo já tinha sido alvo de algum tipo de ameaça ou censura?

EMANUEL CÉSAR: Não. Nesse momento, assim, que eu me recorde, estamos falando de quarenta anos atrás, não me recordo, assim, de alguma, de algum tipo de cerceamento, né, nesse sentido não.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Ok. Há algum tipo de prova ou indício de que o evento da boate Playboy, a destruição dos equipamentos, tenha sido causado por agentes do regime? Quais?

EMANUEL CÉSAR: Sim. As provas é o seguinte, com relação ao material usado, ácido sulfúrico, quem usava isso era o pessoal da ditadura. Eles usavam. Ninguém tinha acesso a isso, não é?! E naquele momento a gente tava, nós fomos contratados por essa casa, que não era usual nosso, nós fomos contratados quase que entre aspas contra a nossa vontade, e o que nós fizemos? Quando você vai comprar uma coisa no atacado ou no varejo, tem uma diferença de preço. Nós, naquele momento, nós não distinguimos isso, nós separamos, cobramos o mesmo preço que seria uma apresentação, pra eles não nos contratarem, entendeu? Eles querem: “Ah, nós queremos seis Shows.”, né? Então e até eu me recordo de um dos elementos que era resolvido em grupo isso, né? “Não, mas vocês não vão ter recurso pra pagar isso não.”, e não sei se ele se sentiu ofendido, alguma coisa, ele pagou seis adiantado, né, nós ficamos muito feliz e pudemos comprar mais alguma coisa de instrumento, né. Porque não era o habitat realmente natural hoje, nosso habitat era outro, né. E hoje, analisando pra quem a gente tocava, né, eram pessoas realmente da direta né. Eu me recordo, até brinquei outro dia que uma vez nós fizemos um evento na residência do, gostava ser chamado de comandante José Afonso Assunção, da Líder, taxi aéreo, e

estavam lá, neste evento tavam o Mário Andreazza, eu me recordo, Israel Pinheiro, né, e a gente, nos colocou em um outro, em um outro, em outro ambiente, que tinha uma mesa de doce na nossa frente. Imagina você de smoking tocando pra doce, né? A gente obviamente ia lá e pegava um, cada um pegava um doce. E nós paramos, ele veio imediatamente falar: “Por que que vocês pararam?”, falei: “Não, é aqui mesmo o evento?”, falou: “É aqui mesmo, pode continuar.”, né. E hoje com essa coisa de gravação de conversa telefônica e tudo, eu imagino que naquele momento estavam lá o Marcos Mendes Júnior, o Walduck Wanderley, da Covam, Mário Andreazza. Essas três pessoas eu me recordo, estavam junto com o José Afonso, né. E o Israel. E o Francelino Pereira, né. Eu imagino que eles nos contrataram pra fazer barulho...

EMANUEL CÉSAR: ...porque se alguém tivesse gravando ia atra... não ia entrar. Aí eu já tenho uma outra visão, não tem outro sentido, né, você pagar o que ele pagou pra você tocar pra uma mesa de doce, né.

JAANA BRAZ RODRIGUES: E houve algum fato marcante de confronto com as autoridades entre o evento da boate Playboy e o evento seguinte, que o senhor relatou?

EMANUEL CÉSAR: Sim. Nós tínhamos um amigo comum que ele era filho do coronel Cavalieri, do exército, né. No primeiro momento, esse coronel Cavalieri foi lá, porque a gente achou, a gente não tinha, foi cobrar, porque o equipamento estava sob guarda da boate Playboy, né. E ele foi lá, a gente procurou naquele primeiro momento, né, pra não é obrigar, mas fazer justiça, entre aspas fazer justiça, forçar uma situação de sermos cerceados por essa, por isso, né. E ele naquele momento, entre esse período e o segundo, né, ele se manifestou nesse intervalo, né, ele ficou hostil depois de algum tempo, assim, nós o procuramos e ele não nos recebeu mais, né. Não nos recebeu mais, porque naturalmente, imagino eu, hoje, né, ele foi informado de alguma coisa, né, que pra ele não, ele era um militar que tava na ativa, né, então ele tinha informações, né. Então imagino, dessa hostilidade, dessa, hoje, o motivo só pode ter sido este, né. E como a gente tava tocando a vida, né, passou. Aí teve o segundo evento e isso realmente desestruturou completamente, né, o segundo nos desestruturou, porque a gente não tinha a quem recorrer mais, né. Que eu me recordo agora no momento.

JAANA BRAZ RODRIGUES: O segundo evento foi ocorrido no Largo do Baeta?

EMANUEL CÉSAR: Largo do Baeta, ali do lado do Detran na época.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Ok. E a realização desse show, no Largo do Baeta, ela havia sido comunicada às autoridades? E ela foi autorizada pela censura prévia?

EMANUEL CÉSAR: Normalmente uma casa noturna, ela pega o alvará para o mês, ela não pega para um evento específico, né. Então nós fomos contratados, agora, a forma da liberação, né, imagino eu que seria um alvará permanente, que a casa funciona todos os dias, né, então não ia pegar um em cada dia que tem o show, e todo dia a pessoa, então deve, devia existir, naturalmente, um alvará pelo menos mensal para essa finalidade específica. Não tenho conhecimento da forma como feito a liberação pra este evento específico.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Uhum. E quem eram os integrantes da banda presentes nesse dia do Largo do Baeta?

EMANUEL CÉSAR: Largo do Baeta eram os mesmos que estavam na boate Playboy, porque o tempo era muito curto. Acho que com exceção de um, um ou dois, eu não me recordo. Assim, o saxofonista que estava na Playboy foi outro no Largo do Baeta, que o instrumento dele foi destruído, né, foi destruído, eu me recordo que ele não quis consertar ele depois que foi recolhido o instrumento no depósito, na polícia, não recordo, ele não quis consertar no Brasil, né, na Veril que é a fábrica que fabrica instrumentos, instrumentos de sopro, né, e preferiu levar, e ele já ia embora pra França, ele ia voltar pra França, consertar na fábrica de lá, e não voltou mais pro Brasil também, esse, o Paulinho não voltou mais, né.

JAANA BRAZ RODRIGUES: O senhor se lembra o nome dos integrantes?

EMANUEL CÉSAR: É Paulo, posso falar, Emanuel de Oliveira César, eu, né, Roberto de Oliveira César Filho, Jaime Mol, João, eu vou soletrar o sobrenome dele, que é grego, Suriadakis, como se pronuncia, S-U-R-I-A-D-A-K-I-S, Reinaldo Marques, Idejair Pereira. Isto, Idejair Pereira.

JAANA BRAZ RODRIGUES: E o saxofonista Paulo?

EMANUEL CÉSAR: Paulo. Eu não me recordo o nome dele, o sobrenome.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Durante o ataque no Largo do Baeta, os policiais apresentaram algum tipo de justificativa pra destruição dos equipamentos? O senhor falou que eles pediram pra abaixar o volume, isso não foi feito, e aí eles já partiram pra destruição, né?

EMANUEL CÉSAR: Não, eles não foram, eles foram embora, eles pediram pra abaixar o volume para o dono da casa, né. E o dono da casa nos procurou e falou assim: “Não mexe em nada.”, isso palavra do dono da casa, né. “Não mexe em nada,

deixa do jeito que tá, porque aqui não tem vizinho.”, era o Detran do lado, na frente era não sei o quê, né, não tem sentido, né? Aí eles já voltaram armados, com aqueles carros com metralhadoras em baixo e tudo, né. E eu me recordo que o dono, o dono do estabelecimento, que é Agostinho Baeta, já falecido também, ele afrontou o delegado, né. E ele foi levado preso, né. E estava com ele, na mesa, o, eu não me recordo o nome da pessoa, eu me recordo o nome do pai, que é o general Bandeira, se eu não me engano, né. Que estava, frequentador da casa né. Então ele foi levado pra Lagoinha e a gente naquela situação de perplexidade e tudo, não é. Fazer o quê e tudo. E esse rapaz, que eu não sei o nome dele, ele comunicou com o pai dele de alguma forma e conseguiram tirar, o exército conseguiu tirar o dono do estabelecimento algumas horas antes, algum, não sei, até de manhã cedo, né. E gostaria de registrar a, vamos dizer, o reconhecimento do Baeta, agora in memoriam, né? Ele viu o equipamento nosso destruído, né, e naquele momento ele se culpou por isso, né, e nos ressarcia algum valor financeiro pra gente poder comprar alguma coisa. Claro que não foi o suficiente pra repor o que foi danificado, porque eram coisas importadas, tinha aquele processo que eu falei, doleiro, contrabandista, tal tal, né, até pra adquirir outro equipamento. Mas ele nos ressarcia, a gente pôde tá tocando a vida. Mas aí essa foi, bom, a derrocada, entre aspas, final dessa história, naquele momento.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Qual que foi o método utilizado pelos policiais para destruir os equipamentos?

EMANUEL CÉSAR: Assim, eles entraram, subiram no palco e já foram direto pro palco. Já entraram quebrando. Já entraram quebrando o que tinha pela frente, né. E nos empurrando, e, por exemplo, eu tava com a guitarra no pescoço, me recordo, uma Gibson Les Paul, e ele veio pra cima de mim, o policial, eu tirei a guitarra e entreguei pra ele, falei: “Toma, tá aqui.”, né. Aí ele pensou dois minutos e falou: “Esse cara me enganou.”, e jogou a guitarra no chão, porque eu não queria que ele quebrasse os instrumentos, eu queria entregar, né, e depois pegar de alguma forma. Então eles destruíram o equipamento já dessa forma, com as próprias mãos, assim, agredindo. O que foi mais agredido foi o percussionista, o Jaime Mol, né, que ele passou mal, foi levado pro hospital, porque ele não queria entregar o instrumento, então aí foi à força mesmo.

JAANA BRAZ RODRIGUES: E depois de destruir os equipamentos, os policiais, eles deixaram a boate imediatamente ou houve algum tipo de diligência, algum inquérito, alguma coisa além da prisão do Augusto, né, que o senhor falou?

EMANUEL CÉSAR: Eu vou ser sincero, assim, a situação de perplexidade era tal, porque a casa tava cheia, né, então foi um tumulto, eu não me recordo qual que foi a atitude, mas a casa foi esvaziada, obviamente, né. Foi esvaziada, eu acho que eles nem precisavam pedir pra se retirar, por favor, né. Todo mundo ia embora mesmo numa situação, dessa né?! Vendo o que tava ocorrendo, né, foram embora. Eu não me recordo. A nossa preocupação maior naquele momento era, talvez, um auxiliar o outro, né, porque a gente realmente num, porque lá na Playboy nós chegamos e estava destruído o equipamento, né, é uma coisa. Você ser agredido, é outra coisa, né, e foi o que aconteceu com a gente naquele momento, cê tava no palco, né. A gente tava de corpo presente, né

JAANA BRAZ RODRIGUES: E depois do episódio no Largo do Baeta, a banda sofreu algum outro tipo de ataque ou censura?

EMANUEL CÉSAR: Olha, aí a censura, ataque físico não, mas a censura foi o que eu relatei anteriormente, né. A mídia, ela se calou, né. Ela se calou. Já tinha uma matéria anterior, recente, sobre o ocorrido do Largo, da boate Playboy, né. Então essa segunda, que seria talvez um estardalhaço maior, isso não ocorreu, né. Então todas as portas da mídia disponível na época, cessaram, né. E aí, quer dizer, realmente, então é uma censura velada isso, né. Agora, eles tinham também, como hoje a mídia tem, compromisso com o governo, né. Tem cotas de publicidade, etc. e tudo. Então hoje a gente tem a noção disso, né. Na época a gente não tinha essa noção, né. Então será que eles ficaram com raiva da gente por algum motivo? Não, não é isso, né. Existia, naturalmente, alguma coisa, creio que até de uma forma, bom, financeira mesmo, “Ó, se vocês noticiarem isso aqui.”, uma ameaça, nós estamos falando de um momento de ditadura, né. É diferente. Hoje nós estamos aqui falando disso abertamente, né, mas naquele momento isso que a gente tá fazendo aqui, a gente poderia estar saindo dali e todo mundo indo preso, né, já entrando, né. É diferente, hoje a gente tem essa liberdade. Naquele momento existia o pânico cotidiano, de você sair na rua e ser abordado, se você tivesse carteira de trabalho no bolso, tudo bem. Se não tivesse, ia preso. Então a gente... É diferente, são momentos diferentes.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Passo a palavra aos demais membros pra eventuais perguntas.

MARIA CERES: Emanuel.

EMANUEL CÉSAR: Pois não.

MARIA CERES: Obrigada pela sua presença, pelo seu depoimento. Eu queria fazer uma pergunta pra você: que tipo de música vocês tocavam?

EMANUEL CÉSAR: Na verdade, o músico, ele toca a música do seu tempo. Então, o quê que se tocava naquele momento no Brasil, né? O que se tocava era muito mais música estrangeira, né, música em inglês, mais em inglês, né. E costume dizer que o brasileiro, hoje analisando aquele momento, era o povo que mais ouvia música instrumental, porque ninguém entendia nada de inglês, mas ouvia inglês, e a gente tocava maioria em inglês, né? Mas em contato com músicos mineiros, amigos nossos, e com músicos que vinham de fora, né, Antônio Carlos e Jocafi, na época, o baterista da Elis Regina, que era o Paulinho, daqui de Belo Horizonte, né? Então nós começamos a colocar esse repertório, incorporar esse repertório, essas músicas no nosso repertório cotidiano, né. Mas pra um evento, as pessoas são bem imediatistas, eventos sociais, né. É diferente de um show, quando você vai a um teatro assistir a um determinado artista, o público é bem homogêneo, quem vai assistir, quem ia assistir o Gonzaguinha era o público do Gonzaguinha, né. E diferentemente de eventos abertos...

EMANUEL CÉSAR: ...ao público, né, que é um público totalmente heterogêneo, então a gente tocava um pouco de tudo. O termômetro do músico que faz esse tipo de evento é a pista de dança. Se você tá tocando e a pista tá vazia, cê tá errado, então cê tem que mudar o repertório, né. É um trabalho musical e psicológico.

MARIA CERES: Uhum. Uma outra coisa, você diz que vocês tinham aí, vocês eram muito jovens, 22 anos. Vocês estudavam?

EMANUEL CÉSAR: Sim. O João, ele fazia faculdade em Itaúna, né. Deixa eu ver, o baixista fazia, estudava na PUC, que era o nosso contato na verdade, com a área estudantil, né. E ao longo desse período, outros amigos foram entrando. Mas assim, com relação a estudo, especificamente, a partir do momento que você, eu e o meu irmão, por exemplo, né, viemos de onde, de onde, os dois tinham, podiam pagar faculdade, a gente não tinha esse recurso, né. E também não queria muito não, a gente queria era tocar, né. A gente queria tocar. Mas passamos a estudar música, de uma forma não totalmente autodidata, porque existia alguns professores, né. E à medida que você vai melhorando sua performance, você vai vendo mais necessidade, né. Mais necessidade de estudar mais, né. Eu costume dizer que o músico ele deveria pagar meia a vida inteira, porque ele nunca deixa de estudar.

MARIA CERES: Deixa eu te, outra pergunta, num determinado momento aí você disse que ocês às vezes emprestavam equipamentos (trecho incompreensível) pra o pessoal do DCE.

EMANUEL CÉSAR: Sim.

MARIA CERES: Em geral do DCE da católica?

EMANUEL CÉSAR: Da católica e da federal, porque existia uma ligação, uma era na Getúlio Vargas e outro ali perto do mi...

MARIA CERES: Daqueles, daqueles, daqueles bailes, que eu ia neles, entendeu?

EMANUEL CÉSAR: Ah, sim. Mas a gente tocava, então eu já toquei pra você dançar.

MARIA CERES: Pode ser. Tanto ali na, ali perto da Praça da Liberdade, é isso?

EMANUEL CÉSAR: Da praça da liberdade.

MARIA CERES: É, e como aqui na Getúlio Vargas.

EMANUEL CÉSAR: Na Getúlio Vargas.

MARIA CERES: Quase esquina com a Rua do Ouro.

EMANUEL CÉSAR: É verdade.

MARIA CERES: Então era ali que vocês quando vocês tocavam lá ou vocês emprestavam o equipamento?

EMANUEL CÉSAR: A gente tocava. Nós começamos tocando mais lá, mas depois nós passamos a tocar, fazer eventos para o automóvel clube, pro PIC, pro Minas late, e aí vem aquela coisa do financeiro, não é? Então a gente era mais remunerado pra esses eventos dali partindo para essas festas particulares do Eduardo. Então nós deixamos de tocar não, aí a agenda, né, ficou mais apertada, bom pra nós, no momento, né.

MARIA CERES: Frente a isso tudo, mesmo na época, na época.

EMANUEL CÉSAR: Sim.

MARIA CERES: A quê que vocês atribuíram esses ataques?

EMANUEL CÉSAR: Olha aqui, sinceramente... Foi-se, foi-se aventado a possibilidade de um concorrente da casa, né, ter feito isso, uma casa concorrente que se esvaziou, né. Me recordo o nome dele, é Élcio, acho isso, né? Que foi, aí já, eu vou entrar numa área que eu não posso afirmar absolutamente nada, mas isso é, não foi noticiado, então posso dizer que...

MARIA CERES: Não foi apurado, né? Não foi apurado.

EMANUEL CÉSAR: Não, não foi apurado, não é? Mas esse proprietário dessa casa, uns seis meses depois ele foi assassinado dentro da casa dele. Também não sei o

motivo, atribui-se a outras coisas, não sei, coisa da mulher dele com o cara que o matou, um senhor, uma coisa assim. Mas eu não ligaria isso, né, não tenho nenhum elemento pra dizer isso, mas isso ocorreu, né. Ocorreu. Quer dizer, então, vamos dizer, quem poderia ter sido acionado na justiça pelo motivo, né, ele não, seis meses depois ele não poderia mais responder, pelo fato de ter sido assassinado. Mas aí já não é minha, tenho que falar sobre mim.

MARIA CERES: Foi levantado isso, mas não necessariamente seria uma hipótese que vocês puderam investigar.

EMANUEL CÉSAR: É, a gente não tinha elementos nenhum, e nem nos interessava. O que nos interessava naquele momento era reconstituir o equipamento nosso e já, porque a gente começamos em 71, fazendo, 71, 72, né, isso foi em 77, cinco anos, nós passamos a depender, porque nós entramos, todo, todo artista, ele começa, a vida do artista ele sempre tá precisando, pedindo uma porta que se abra pra ele, um instrumento emprestado, tudo, né. A partir do momento que você se estabelece, você começa a ter aquilo como profissão, né. Ter aquilo como profissão e vivia daquilo, então a nossa preocupação já era a sobrevivência mesmo.

MARIA CERES: Uhum. E por que que vocês escolheram este nome?

EMANUEL CÉSAR: Oi?

MARIA CERES: Por que que vocês escolheram, como é que foi escolhido o nome da banda?

EMANUEL CÉSAR: Pendulum, né.

MARIA CERES: Pois é.

EMANUEL CÉSAR: Aí tem a ver com compasso, com música, né. Certo? Compasso, ritmo, né? Existiu na época, “os não sei o quê”, “the não sei o quê” e tudo, aí a gente procurou um nome em latim, foi essa função, o pendulo é exatamente isso, é ritmo, compasso, foi o que nós pensamos nisso, tá bom?

MARIA CERES: Obrigada.

ALEXANDRE: Queria só perguntar, é Alexandre Sales. Eu queria pegar uma carona na pergunta que a Ceres fez, que eu acho que não ficou claro pra mim. Vocês participavam, faziam, participavam de eventos, e quanto ao empréstimo de equipamentos, vocês emprestavam equipamentos, você lembra, recorda pra quem, pra onde?

EMANUEL CÉSAR: É, nos eventos que a gente participava, o artista que fosse a gente emprestava pra ele, seja o Erasmo Carlos ou a Elis Regina, né, a gente já

deixava à disposição e ficava feliz em estar tocando nos nossos instrumentos, né. Isso aí onde a gente tava tocando. Agora, quando a gente era solicitado: “Oh, me empresta o equipamento, que nós vamos ter um evento lá na Escola de Belas Artes”, pra uma palestra ou aquela ditadura também é cultura, aí a gente levava também o equipamento pra eles, né. Não tinha distinção disso não. Sabíamos pra quê que era, né, e isso aí a gente tinha noção do quê que era, né? Mas não medíamos consequência, a gente não pensava em consequência disso, né, mesmo porque a gente era coadjuvante, a gente não tava participando da palestra ou nos pronunciando em relação a A, B, C, ao tema, né? A gente simplesmente tava levando o equipamento pra eles, pra viabilizar o que eles queriam fazer, né.

RONALD ROCHA: Bom dia, Emanuel.

EMANUEL CÉSAR: Bom dia.

RONALD ROCHA: Ronald Rocha, eu sou assessor da COVEMG, alocado no grupo B da subcomissão três. Muito obrigado pela sua presença também. Queria fazer umas perguntas, assim, bem concretas. Primeiro, a data em que ocorreram esses dois eventos de depredação dos instrumentos, do material de vocês. Você lembra? Se não lembra precisamente o dia, pelo menos de maneira aproximativa.

EMANUEL CÉSAR: Olha aqui, eu, no livro que foi publicado pelo Betinho Duarte, tem a data precisa, porque existe uma documentação, existe uma matéria do Estado de Minas com data. Foi em 77, talvez setembro. Eu não tenho certeza.

RONALD ROCHA: Ambos?

EMANUEL CÉSAR: Eu não sei.

JAANA BRAZ RODRIGUES: Um foi em janeiro e o outro foi em abril.

EMANUEL CÉSAR: Ah, tá. Então tem gente mais bem informada do que eu, porque...

JAANA BRAZ RODRIGUES: Não, pela matéria.

EMANUEL CÉSAR: Pela matéria. Então, janeiro a primeira.

JAANA BRAZ RODRIGUES: É.

EMANUEL CÉSAR: Né. Então foi em janeiro que ocorreu, janeiro de 77? 77, né. E este segundo aconteceu em abril, dois, três meses depois, né, foi, ocorreu em abril. 77, né.

RONALD ROCHA: Você disse que na época vocês atribuíram a depredação a uma ação de concorrentes ou coisa que o valha. É isso mesmo?

EMANUEL CÉSAR: Não, na verdade não concorrentes nossos, músicos, não.

RONALD ROCHA: Sim, das casas.

EMANUEL CÉSAR: É, coisa entre eles lá, entre as casas noturnas, de clube e tudo, né. Acharmos muito estranho isso, mas, quer dizer, foi o que nos foi passado. Mas a autoridade competente na época, ela não falou isso, ela falou: “Sai disso, porque cês estão entrando numa seara que não é de vocês” Não entendemos foi isso que o Prata falou.

RONALD ROCHA: Nos dois casos, vocês, na época, pensaram na concorrência? Nos dois casos?

EMANUEL CÉSAR: Não, em nenhum caso nós pensamos em concorrência, né. Mesmo porque não tinha sentido a gente pensar nisso. Como não tem hoje.

RONALD ROCHA: Mas quem verbalizou essa ideia, de que teria sido motivado por concorrência entre casas?

EMANUEL CÉSAR: Quem, na verdade quem verbalizou isso foram pessoas da boate Playboy, né, funcionários, falaram: “Ah, foi o fulano que deve ter feito isso.”, assim, foi essa coisa, nada, nada, funcionários que também foram prejudicados, né. Então, “Foi o da esquina que, foi o mais próximo, o vizinho que botou fogo na minha casa.”, né, uma coisa assim. Hoje eu vejo isso de uma forma até meio que banalizado isso. Não tinha sentido.

RONALD ROCHA: Hoje, anos depois, décadas depois, você atribuiria que motivação a essas depredações? Hoje você atribuiria a que motivação?

EMANUEL CÉSAR: Ah, com certeza uma forma desses, desses eventos estudantis, inviabilizar, porque sem o equipamento nosso, não teria, né. Não teria. Inviabilizar, tentar inviabilizar, né, esses eventos, essas palestras, essas manifestações contra a ditadura. Com certeza.

RONALD ROCHA: Uhum. E você, a polícia, os órgãos policiais chegaram a investigar essas depredações ou uma delas? Ou simplesmente não houve abertura de inquérito, de investigação, nada?

EMANUEL CÉSAR: Não, eu me recordo que a primeira, o Doutor Abraão Mendes tentou abrir um inquérito e eles não permitiram, eles não aceitaram, não aceitaram, a polícia não aceitou, né.

RONALD ROCHA: Sei. No primeiro caso. No segundo?

EMANUEL CÉSAR: Não, o segundo aí nós, aí nós já jogamos a toalha, né, porque aí a gente já começou a temer até pela própria vida nossa e da nossa família, né. Aí não tinha...

RONALD ROCHA: Algum dos membros da banda, você se refere a um que era estudante, né

EMANUEL CÉSAR: Sim.

RONALD ROCHA: Dois eram estudantes.

EMANUEL CÉSAR: Sim.

RONALD ROCHA: Algum dos membros da banca, da banda tinha qualquer tipo de relação com o movimento estudantil, com a resistência hoje militar, algum tipo de participação, ainda que indireta, com presença em manifestação? Presença em atos?

EMANUEL CÉSAR: Olha aqui, eu acho que naquele momento todos tavam envolvidos de alguma forma, mesmo que sem a intenção de, né? Mas só de você emprestar um equipamento e estar lá pra levar o equipamento de volta você assistia palestras, né. Então, e você de alguma forma, você era influenciado, a tua cabeça era influenciada pelo que tava acontecendo. E vendo o que tava acontecendo ao redor, né, essas palestras nos esclareceram muito, assim. Pelo menos não, não, fazia então a carteirinha do PC do B, não é isso. Mas assim, poxa vida, isso não podia estar acontecendo, né? Isso não podia. Então...

EMANUEL CÉSAR: ...foram, foram momentos que nos esclareceu, tanto é que quando nós fomos na década de 80 convidados a participar das campanhas da “Diretas já”, aí nós viemos de pronto, mas já viemos com a intenção de.

RONALD ROCHA: Você se referiu a um estudante da PUC. Ele, ou algum outro membro da banda, foi o veículo do pedido do empréstimo desse material para o DCE?

EMANUEL CÉSAR: Sim. Sim. Sim. O nome dele é Acari João Antônio Gonçalves, que era o baixista, que estudava na PUC e morreu em um acidente de automóvel, né. Tinha um outro que era ligado a nós também, Emanuel Fulton Casara, ele era muito ligado a nós e ligado ao movimento estudantil também, né. Ele é da PUC também, são as duas pessoas que eu poderia citar.

RONALD ROCHA: E em geral essas pessoas, essas duas pessoas citadas por você, teriam sido, digamos, os intermediários desses empréstimos?

EMANUEL CÉSAR: A princípio sim, aí depois veio pedido de outro, de outro, de outro, né. Aí cê perde o controle. Mas a princípio eles foram, o Acari João Antônio Gonçalves foi o primeiro, porque ele estava lá dentro e sabiam que ele era músico e sabiam que ele tinha equipamento, então, “ow, (ininteligível) o equipamento lá pra mim”, né.

RONALD ROCHA: E outra questão, qual era a relação de trabalho mais comum entre vocês e os contratantes? Vocês em geral não trabalhavam mediante pagamento de salário regular, era mais um contrato de apresentação?

EMANUEL CÉSAR: Contrato de apresentação, exatamente. A profissão do músico é uma profissão autônoma, vamos dizer assim, né. Então você é contratado para evento x, pronto, né. E tinha a carteira do músico, né, então...

RONALD ROCHA: Da ordem.

EMANUEL CÉSAR: Da ordem dos músicos, né. A ordem naquele momento era bem rigorosa no sentido de fiscalização, de quem estava, não estava atuando com a carteira em dia, né, então todos tinham que ter carteira, então o contratante vinha, assinava o contrato, passava-se na ordem dos músicos, no sindicato, né, registrava-se os contratos, então a partir daí estava legalizado a relação músico trabalho por um dia, no caso.

RONALD ROCHA: E nessa época, como vocês, como eram remunerados os componentes da banda? Havia um rateio depois do pagamento?

EMANUEL CÉSAR: Sim, havia um tareio dos valores.

RONALD ROCHA: Dos valores.

EMANUEL CÉSAR: Rateio dos valores, né.

RONALD ROCHA: E certamente vocês tinham um critério...

EMANUEL CÉSAR: Sim, no caso, eu e o João, os dois João, o João (ininteligível), Acari e o meu irmão, que fundamos o grupo, né, a gente tinha comprado equipamento, então os que entraram depois, né, eles, entre aspas, pra nós, assim, pra uma nota contratual, eles assinavam, como todos nós, né. Mas eles não participavam da aquisição do equipamento, porque nós já tínhamos adquirido, né. Mas os valores atribuídos eram de uma forma de rateio mesmo, não tinha distinção. Não existia nenhuma distinção. Tanto que ficou mais fácil para eles se desligarem depois desse evento, né, dois foram para os Estados Unidos, moram lá até hoje, né, e sem reivindicar nada a nível de, assim, do prejuízo tomado, porque não tomaram prejuízo.

RONALD ROCHA: Na época existia o sindicato dos músicos?

EMANUEL CÉSAR: Sim, existia o sindicato dos músicos.

RONALD ROCHA: Então havia duas entidades, a ordem e o sindicato.

EMANUEL CÉSAR: Sim, as duas, elas existem ainda hoje.

RONALD ROCHA: Existem até hoje. Vocês mantinham relação também com o sindicato? Porque pela ordem sim porque vocês eram...

EMANUEL CÉSAR: Sim.

RONALD ROCHA: ...vinculados a própria ordem.

EMANUEL CÉSAR: Na verdade, o sindicato e a ordem, na época, eles eram juntos, né. Então um entre aspas forçava o outro, a vocês ser sindicalizado. Então naquele momento éramos sindicalizados, sim.

RONALD ROCHA: E vocês participavam em alguma dessas entidades ou simplesmente eram filiados a elas?

EMANUEL CÉSAR: Não, simplesmente filiados. Mais recentemente, né, me convidaram pra ser conselheiro da ordem, né. Mas até por motivos de não concordar com o que se ocorria lá e se ocorre até hoje, né, eu preferi não participar, né. Mas as duas entidades existem, são devidamente legalizados e tudo, né.

RONALD ROCHA: Naquela época, na época dos atentados, você se lembra de algum tipo de pressão, cerceamento dos órgãos de repressão, os órgãos policiais militares, em relação a essas duas entidades, a ordem e o sindicato? Ou não?

EMANUEL CÉSAR: Na verdade elas eram controladas por militares, então...

RONALD ROCHA: Ambas?

EMANUEL CÉSAR: A ordem, sim. E o sindicato era Luiz Fernando Peixoto, que está até hoje lá, mas totalmente conivente na época, então, não tivemos nenhum tipo de apoio do sindicato nem da ordem nesse sentido.

RONALD ROCHA: Muito bem. Muito obrigado.

EMANUEL CÉSAR: Obrigado você, Ronald.

MARIA CERES: Dá licença aqui que eu tenho que fazer mais uma pergunta.

EMANUEL CÉSAR: Pois não.

MARIA CERES: Você colocou que esses equipamentos de vocês, eles eram adquiridos por meios de contrabando, né.

EMANUEL CÉSAR: Sim. Não todos, vamos ser claros, tinham caixas, coisas que tinham aqui. Mas o instrumento em si, né, guitarras, pianos, isso tudo era, como ainda hoje são, você vai na sinfônica, o violino ainda está, então são todos importados, não se fabrica isso no Brasil.

MARIA CERES: Mas aí, se essa questão que você dizia, você diz, doleiro e...

EMANUEL CÉSAR: Contrabandista.

MARIA CERES: Ele forma vários (ininteligível) cê acha que essa aquisição do equipamento assim poderia ter alguma coisa a ver com essas, com esses...

EMANUEL CÉSAR: Ah, sim. Não, não, isso aí era usual em todos os artistas brasileiros! Todos! O Roger do Ultrage à Rigor, uma vez ele brincou com isso, correu até em Belo Horizonte, aí a polícia federal foi lá e tomou os instrumentos dele, porque ele abriu a boca. Mas ele tava brincando, e levaram, né. Mas assim, todos os artistas brasileiros até a liberação da importação de instrumentos, né, todos usam, usavam equipamento, instrumentos importados, e eram todos ilegais, não era o Pendulum especificamente. Todos, né. Do Pendulum ao Roberto Carlos.

MARIA CERES: Tá certo. Obrigada.

ALEXANDRE: Queria fazer mais uma, Alexandre. Em algum momento você tinha conhecimento da existência de uma censura prévia para os eventos, pros espetáculos, e também saber de você qual tipo de música que vocês tocavam, se era de autoria de vocês ou se vocês interpretavam músicas que já estavam na mídia, que já faziam sucesso, que já tavam circulando através dos veículos de comunicação, rádio, tv...

EMANUEL CÉSAR: Sim. O usual naquele momento era tocar o que já estava na mídia, mas tínhamos a simpatia por alguns artistas, me recordo aqui de Minas, amigos nossos, vinham muito a Minas o Sá e Guarabyra, né, então a gente tocava, a gente era muito amigo deles. Teve um disco do Sirlan, uma música muito bonita, né, e nós colocamos essa música no repertório, né, e depois, ah, sim, foi bom, boa lembrança a sua, a gente fazia seleção de músicas de festivais dos anos 70, que foi a época áurea dos festivais: Caetano Veloso, Geraldo Vandré com o Jair Rodrigues, né. E eu me recordo uma vez, a gente tocando do Country Clube, quando nós começamos a fazer essa seleção, o presidente pediu pra gente, alguém nos avisar, pra gente não tocar essas músicas, né. Então eram músicas que estavam, entre aspas, censuradas de alguma forma, né. E foi a única vez que nós fomos, assim, abordados a não tocar esse tipo de música.

ALEXANDRE: Mas alguma vez você se recorda se teve que levar a lista, submeter essa lista de música que vocês iriam executar à apreciação prévia por um órgão federal, estadual, municipal?

EMANUEL CÉSAR: Sim, a gente sempre levava uma lista, mas a partir desse evento nós começamos a omitir o que a gente ia tocar.

ALEXANDRE: Levavam aonde essa lista?

EMANUEL CÉSAR: Essa lista, ela ia pro sindicato dos músicos, pra ordem e pra Ecad, ela ficava nos três órgãos, então a gente não colocava todas as músicas, mesmo porque, em sendo público, heterogêneo, de repente alguém pedia uma outra

música, né. E se você sabia tocar, porque não tocá-la? Diferente do teatro, que já vai com o trabalho todo, né. Porque não tocá-la? Mas assim, a gente omitia.

ALEXANDRE: Algum momento vocês tiveram conhecimento de que existiam censores, existia algum departamento de censura prévia pra espetáculos, pra música?

EMANUEL CÉSAR: Ah, com certeza. A gente tinha esse conhecimento, sim. A gente tinha esse conhecimento sim.

ALEXANDRE: Mas vocês não tinham que se dirigir a eles previamente?

EMANUEL CÉSAR: Na verdade, esses censores, eles focavam muito mais teatro do que clube, porque em sendo sociedade fechada, o acesso deles era mais restrito, diferentemente de um teatro, que você pagou ingresso, era mais visado, né. Era um espetáculo mais autoral, né. Então, por exemplo, eu me lembro de amigos nossos, tocava de noite pra ditadura e eles (ininteligível) por exemplo, a gente encontrava no Maleta, aí, quer dizer, a gente não fazia distinção. Eles tinham um objetivo, né. Eles tinham objetivo e a gente tinha objetivo. Mas o deles era muito mais, muito mais policiado do que o nosso. Se existia, porque nos nossos eventos estava ali às vezes a presença de um governador, etc etc, então a proximidade desses censores talvez fosse bem mais velada ou quase que invisível, poderiam estar ali, com certeza. Hoje eu imagino que sim.

ALEXANDRE: Obrigado.

JAANA BRAZ RODRIGUES: O senhor mencionou que o grupo tocava músicas do Sirlan. Em algum momento essas músicas do Sirlan, especificamente, foram submetidas à censura prévia e aprovadas?

EMANUEL CÉSAR: Na verdade, um festival com a música, qual era? Vivas à pátria? Vivas à pátria, né. E eu colocava no repertório. Mas o disco do Sirlan, ele foi todo censurado, né. Todo censurado. E ele era um amigo nosso, né. E esses amigos, os autorais, o Sirlan, o Marcos Viana, o próprio Alexandre, então a gente tinha equipamento então a gente cedia pra eles também, né. E conhecemos eles em gravadora, na época a Bemol aqui em Belo Horizonte, ficamos amigos ali. Então nós tiramos essa música do repertório, o disco foi todo censurado, né. Então por uma questão, vamos dizer, até de nos precaver, não totalmente, né, uma música a mais, uma a menos, não vai fazer diferença, né. Vamos tirar isso aqui pra gente não ter nenhum tipo de problema, que ele teve na época, né. Nunca vi um artista tem um disco todo censurado.